

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.565.424 - RJ (2019/0247596-5)

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE  
**ADVOGADOS** : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852  
LEONARDO FERREIRA LÖFFLER E OUTRO(S) - RJ148445  
GABRIEL NUNES RODRIGUES PITTA - RJ130994  
**AGRAVADO** : CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO CABO FRIO  
**ADVOGADO** : GUILHERME DOMINGUES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RJ102499

### EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **AGRAVO E RECURSO ESPECIAL INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AGRAVO DE INSTRUMENTO. ESTRUTURA TARIFÁRIA NÃO APLICADA À HIPÓTESE. EXECUÇÃO. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EM ALGUMAS DE SUAS FASES. ART. 9º, § 1º, X, DO RISTJ. COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO.

### DECISÃO

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE (CEDAE) interpôs agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra decisão que, nos autos da ação de indenização ajuizada por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO CABO FRIO (CONDOMÍNIO), em fase de cumprimento de sentença, rejeitou a impugnação ofertada pela concessionária demandada acerca de suposta inobservância de sua estrutura tarifária no momento de elaboração dos cálculos, acarretando excesso de execução.

No Superior Tribunal de Justiça, a competência das Seções e respectivas Turmas é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa, cabendo à Primeira Seção processar e julgar os feitos relativos a preços públicos e multas de qualquer natureza (art. 9º, *caput*, e § 1º, X, do RISTJ).

Nesse sentido, a orientação já delineada pela Corte Especial:

*PROCESSUAL CIVIL E CIVIL - SERVIÇOS PÚBLICOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - NATUREZA DO "PREÇO PÚBLICO" - COMPETÊNCIA DA Eg. PRIMEIRA SEÇÃO (1ª E 2ª TURMA) - IUJur JULGADO NA CORTE ESPECIAL, EM 05.05.2004 - PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA - ART. 177 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 - PRECEDENTES DO STJ E STF.*

*- Os serviços públicos de fornecimento de água e esgoto, essenciais à cidadania, se caracterizam pela facultatividade e não pela compulsoriedade, prestado diretamente pelo Estado ou por*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*terceiro, mediante concessão, submetendo-se à fiscalização, princípios e regras condicionadores impostos pelo ente público, e por isso remunerados por tarifas ou preços públicos, regendo-se pelas normas de direito privado.*

*- Competência da Primeira Seção do STJ.*

*- A prescrição da ação para cobrança de preços públicos rege-se pelo art. 177, "caput", do Código Civil de 1916, sendo portanto vintenária.*

*- Precedentes do STJ.*

*- Recurso especial conhecido, mas desprovido.*

(REsp 149.654/SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, Segunda Turma, j. 6/9/2005, DJ 17/10/2005, p. 233)

Nessas condições, **DETERMINO** a distribuição do presente feito a um dos integrantes da Primeira Seção do STJ, em observância ao art. 9º, § 1º, XIV, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator